

## Orçamento é alvo de disputa entre governos e parlamentares

Contas públicas Ministério quer dividir ônus de corte em programas sociais

## Orçamento cria disputa entre Congresso e área econômica

Os cortes drásticos em verbas para ações sociais, como o Casa Verde e Amarela, Infraestrutura para Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Caminho da Escola e Farmácia Popular na proposta do Orçamento federal para 2023 são a ponta visível de uma batalha silenciosa travada nos bastidores do poder.

De um lado, deputados e sena-dores vão dispor de volume inédito de recursos para direcionar para suas bases eleitorais: R\$ 38 bilhões, suas bases eleitorais: RS 35 bilhões, dos quais RS 19 bilhões para as emendas de relator, também co-nhecidas como "orçamento secre-to". De outro, o governo quer que eles assumam a responsabilidade pela consequência do crescimento do volume para emendas num Or-çamento magro: algumas políticas públicas ficarão à míngua. Num dos pontos de maior ten-são, a equipe econômica direcio-nou previamente RS 3.5 bilhões em recursos reservados às emendas de

relator para o Ministério da Econo-mia, como "contribuição" do Congresso para reajustar salários no serviço público. Parlamentares po-derão discordar e usar o dinheiro

de outro modo — com risco de ser cobrados pelos servidores. Segundo um técnico da área econômica, várias ações de governo foram deixadas com previsão de recurso mínima, apenas para constar do Orçamento. Porém, a

de recurso mínima, apenas para constar do Orçamento. Porém, a expectativa é que tenham suas do-tações complementadas por meio de emendas de parlamentares. Estudo elaborado em conjunto pelas consultorias de orçamento da Câmara e do Senado mostra que, no Ministério da Educação (MEC), algumas ações de governo inveram contes superiores a 90%, na comparação com 2022, e fica-ram com previsões mínimas. É o caso, por exemplo, da ação "Apoio ao Funcionamento das Ins-tituíções Federais de Educação Su-perior", que tem dotação prevista de R\$ I milhão, 97,4% a meno sque neste ano. A ação "Apoio à Infraes-trutura para a Educação Básica" so-

freu redução de 97,1%, ficando com R\$ 3,5 milhões. O "Caminho da Escola", de compra de veículos para transportar estudantes do en-sino básico, ficou 95,8% menor, com dotação de R\$ 425 mil.

Lucas Hoogerbrugge, líder de Relações Governamentais da orga-nização Todos pela Educação, chama a atenção para cortes em outras duas ações. O "Apoio ao Desenvol-vimento da Educação Básica" (recursos para o ensino médio em tempo integral) sofreu redução de

cursos para o ensino meune en especial de 19.5(8), para 185.664,6 milhões. Outra ação destacada é a educação de jovens e adultos. A ação chamada "Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos" sofreu corte de 94,68, passando de \$1.2 milhões para 185.62 mil. Por outro lado, houve salto de 140,5% nas reservas de contingência, que passaram de 18 1,9 bilhão em 20.22 para 18 4,6 bilhões. São, em tese, recursos para a tender emergências. É nesse item que o dinheiro para as emendas foi colo-

"Reservar esses recursos para emendas agrava a rigidez do Orçamento", disse a diretora da Instituição Fiscal Independente (IIF), Vilma Pinto.

Não há, porém, garantia que deputados e senadores enviarão reputados e senadores enviarão re-cursos para reforçar os programas mais importantes. Até porque, ex-plicou Hoogerbrugge, as emendas de parlamentares ao Orçamento servem para fortalecer sua repre-sentação junto à base eleitoral, por isso não são pautadas, necessaria-mente, por critérios técnicos. Esse risco é reconhecido pela equipe econômica. "Se os parla-mentares não destinarem os recur-sos para as áreas teoricamente su-geridas" pelo governo, terão que explicar os motivos", disse um inte-grante dela. O custo político, reco-nheceu, vai sempre recair sobre o Ministério da Economia. "Mas que-remos distribuir um pouco disso." Para Daniel Court, diretor-exe-cutivo da IIF, a escolha do Gongres-so pelas emendas é um processo que começou em 2014 e se intensicursos para reforçar os programas

	2022 Projeto	2022 lei	2023 Projeto
Individuais	10.478	10.930	11.705
De bancada	5.748	5.867	7.692
De comissão	0	2.403	0
De relator	0	16.500	19396
Total	16.226	35.700	38.793
	as emendas de relato	r (PLOA 2023)	
Ministério	as emendas de relato		
<b>Ministério</b> Saúde			10.
<b>Ministério</b> Saúde Economia			
<b>Ministério</b> Saúde Economia	3.5		
Ministério Saúde Economia Des. Regional Cidadania	3.5 1.500		
Ministério Saúde Economia Des. Regional	1.500 1.380		

ficou em 2020 com as emendas de

Fonte: Ministério da E

ficou em 2020 com as emendas de relator. Ele lembra também que, diante da resistência em cortar despesas obrigatórias, o custo recai sobre os gastos discricionários, o onde estão alguns programas da saúde e da educação. "E uma escolha política consciente."

Ele alerta ainda que o Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) não é muito parâmetro para o que vai acontecer no ano que vem, pois os doisprincipais candidatos (Luiz InácioLula da Silva e Jair Bolsonaro) querem rever o teto de gastos. "Ouseja, o espaço fiscal de 2023 pode ser 
maior do que imaginamos hoje."

maior do que imaginamos hoje." No pior dos cenários, o que po-

de acontecer no ano que vem é os parlamentares reduzirem estimativas de despesa obrigatórias, como aposentadorias e pensões, para terem espaço para fazer novos 
gastos. Foi o que ocorreu em 2021.

O temor da equipe econômica 
é que essa mesma estratégia seja 
adotada agora. A discussão mais 
detalhada sobre o Orçamento — 
como envio de PEC para garantir 
Auxílio Brasil de RS 600 no ano 
que vem e de emenda modificativa para alteração do Orçamento — 
vai acontecer após as eleições.

O Ministério da Educação foi 
procurado, mas não respondeu

procurado, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4